

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

FAMILISMO E EXTREMA DIREITA: DESVENDANDO O PROGRAMA 'FAMÍLIAS FORTES'

Luísa Duarte Torres Alves¹
Cláudio H. M. Horst²

RESUMO: O objetivo é analisar os documentos elaborados para o trabalho com famílias do Programa Famílias Fortes do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do governo Bolsonaro. Trata-se de pesquisa documental, ancorada no materialismo histórico dialético, com ênfase qualitativa, cujos dados foram analisados a partir da técnica da análise de conteúdo. Os resultados demonstram a face do familismo neoconservador ao apostar apenas na *capacitação sócio emocional* (fortalecimento de vínculos) como estratégia e solução para as expressões da “questão social”, combinado com a negação da oferta de proteção social pública e estatal.

Palavras-chave: Neoconservadorismo; Familismo, Serviço Social.

ABSTRACT: The purpose of this article is to analyze the documents prepared for working with families within the scope of the Ministry of Women, Family and Human Rights in order to identify the ideological and political direction. This is a documentary research, with a qualitative emphasis, whose data were analyzed using the technique of content analysis. The results demonstrate the face of neoconservative familism by betting only on socio-emotional training (strengthening bonds) as a strategy and solution for the expressions of the “social question”, combined with the denial of the offer of public and state social protection.

Keywords: Neoconservatism; Familism, Social Service.

1 INTRODUÇÃO

Estrategicamente, a classe dominante opera o entendimento da família como algo *natural e sagrado* das relações humanas. Utilizam-se da religião e da ontologia religiosa para justificar a *gênese* da família e sua defesa como “base da sociedade”. Deste modo, a desigualdade gerada estruturalmente pelo sistema capitalista é compreendida como responsabilidade de indivíduos e suas famílias, culpabilizando os mesmos pelas expressões da “questão social” que vivenciam. A ideologia da família, não somente mascara os reais determinantes das expressões da “questão social”,

¹Discente no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). E-mail: luisa.alves@aluno.ufop.edu.br

² Professor no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal da Santa Catarina (UFSC), E-mail: claudio.horst@ufop.edu.br

PROMOÇÃO

APOIO



PPGPP
30 ANOS

IOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



como também naturaliza valores políticos e práticas que vão à contramão dos interesses enquanto classe trabalhadora (MÉSZÁROS, 2002).

Na contramão dessa perspectiva, compreendemos que família é um *complexo social* fundado a partir do desenvolvimento do ser social e da necessidade de se reproduzirem. E que apresenta particularidades em cada modo de produção e reprodução social. Assim, o sistema em que está inserida tem implicações no devir de indivíduos e suas relações familiares. Nesse sentido, todo o contexto sócio-histórico das formações sociais, particularmente a brasileira, influenciam diretamente nas dinâmicas de constituição das famílias e de suas relações com o Estado e a política social (HORST; MIOTO, 2021).

A ascensão do neoliberalismo nas últimas décadas foi uma força motriz para alavancar o discurso de “defesa da família”. Visto que a oferta de proteção social *privada*, ou seja, pelas próprias famílias, fortalece a dinâmica de acumulação do capital e serve como mecanismo de ocultação das insuficiências do Estado. Quanto *menos* Estado, política social e proteção social pública, gratuita e estatal, *mais* família, mais mulheres sobrecarregadas.

Nesse motim, é a partir do avanço da extrema direita no Brasil que o ultraneoliberalismo se evidenciou como resposta à crise do capital. Entendemos, assim como Mézszáros (2002), que a crise estrutural do capital é cíclica e inerente ao modo de produção capitalista, compondo a estrutura vigente a partir de um caráter contraditório. Valendo-se de revoltas populares e da queda da economia, forças políticas da extrema direita brasileira se apropriaram do impeachment de Dilma Rousseff para sua própria ascensão, diante do golpe de 2016.

Assim, o neoliberalismo se fortalece como resposta da extrema direita frente a crise posta, buscando a compensação de dívidas via cortes de gastos públicos, o discurso de afastamento da intervenção estatal na economia e o incitamento de discursos conservadores, neofascistas.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

IOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Dessa forma, fomentou-se o ideário bolsonarista no imaginário popular, principalmente com o ensejo pelos valores tradicionais, moralistas e conservadores. Tal estratégia contou ainda com a legitimação religiosa de defesa da família — presente fortemente no governo Bolsonaro — reafirmando a divinização da família enquanto entidade *natural e sagrada*.

Quando nos referimos a uma realidade onde a política social vem sendo fortemente atacada, materializa-se, assim, o “não lugar” das políticas sociais no capitalismo (MARQUES, 2015). Consequentemente, serviços ofertados são cada vez mais precarizados, desenvolvidos no âmbito do ajustamento, responsabilização e controle social. As famílias são, assim, centralizadas como núcleo de intervenção central pelas equipes profissionais, vistas como entidades responsáveis por organizar aspectos da ordem moral, cívica e econômica do país.

Considerando a vigência de um projeto de governo neoconservador atrelado a centralidade da família, o presente artigo optou por analisar um dos programas executados pelo governo Bolsonaro: o Programa Famílias Fortes (PFF). Assim, para elaboração da presente pesquisa num primeiro momento, realizamos a separação e coleta dos materiais disponíveis, quais sejam: *os cadernos de atividades* do programa, *os manuais de introdução*, e *as reportagens a respeito do programa e relatórios* da Secretaria Nacional da Família. Em seguida, a partir da análise e estudo dos conteúdos, foram selecionados os seguintes materiais para análise: a) o Manual de Introdução, b) o Caderno de Atividades dos Responsáveis e c) o Caderno de Atividades do Filho.

2 O AVANÇO DO FAMILISMO NO GOVERNO DA EXTREMA DIREITA

A fim de iniciar o debate a respeito do Programa Famílias Fortes, importa destacar brevemente elementos da conjuntura política, compreendida como propícia ao projeto neoconservador, composto pela unidade entre *conservadorismo moral e liberalismo econômico*.

Tal projeto é expresso acentuadamente no governo Bolsonaro, que representa o modelo ideal desse plano antidemocrático. No dia 1º de janeiro de 2019, Jair Bolsonaro se tornou presidente do Brasil e desde então, o país passou a ser assolado

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

IOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



por um neoconservadorismo, mostrando de forma escancarada as facetas da extrema-direita reacionária, imperialista, neofascista e blindada.

Com forte discurso em defesa da família, o governo Bolsonaro centralizou a família e transformou sujeitos e relações familiares em objetos de políticas públicas, ainda que não se tratasse de um fenômeno inédito do campo conservador. A defesa da família no discurso bolsonarista não é por acaso: a família é uma instituição que auxilia na reprodução e manutenção do sistema, além de ser também uma forma de mascarar as determinações das crises do capital. É o que acontece no Programa Famílias fortes, onde seu marco legal informa:

visa o bem-estar dos membros da família a partir do fortalecimento dos vínculos familiares e do desenvolvimento de habilidades sociais. Tal objetivo se baseia no fato de que uma relação positiva entre os familiares cria condições favoráveis para o bom desenvolvimento dos filhos, e tende a afastá-los de condutas de risco (BRASIL, 2021, p.10).

Nesse sentido, o PFF está voltado para a prevenção de supostas “más condutas”, como por exemplo, “o consumo de álcool e drogas, o abandono escolar, o envolvimento com violência, a iniciação sexual precoce e a gravidez na adolescência” advindas de crianças e adolescentes entre 10 a 14 anos. Tal prevenção se dá, portanto, a partir da *capacitação socioemocional e de habilidades parentais*.

Assim, os objetivos específicos do programa são: a) ensinar pais e filhos a desenvolverem maneiras eficazes de comunicação e relacionamento; b) mostrar aos pais a importância de apoiar seus filhos; c) ajudar os pais a disciplinar e orientar seus filhos de forma eficaz; c) orientar os filhos sobre como compreender e valorizar seus pais; d) ensinar os filhos a lidar com o estresse e a pressão dos amigos; e) promover uma expectativa de futuro aos jovens.

O programa parte do pressuposto da responsabilização dos pais no que se refere a possíveis “comportamentos de risco” ou “comportamentos problemáticos” e, dessa forma, *características pessoais* dos componentes de determinadas famílias se transformam em *objetos de políticas públicas*, sendo apresentado como principais objetivos/resultados esperados do programa: a) melhoria na qualidade da relação familiar; b) melhoria nas habilidades parentais; c) melhoria nas habilidades sociais dos jovens; d) retardo no primeiro uso de drogas; e) redução do uso pesado e frequente de drogas; f) redução em comportamento anti social, dentre outros.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

IOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Inicialmente desenvolvido pelo Departamento de Serviço Social da Oxford Brookes University, Reino Unido, o PFF é uma “versão brasileira adaptada do ‘Strengthening Families Programme for Parents and Youth 10-14’”. Nesse sentido, vale destacar a diferenciação entre países dependentes e países centrais, como Brasil e Reino Unido, a fim de iniciarmos destacando os limites da transposição de experiências de países centrais para o Brasil. Segundo Marini (2005), é a partir da troca desigual que países centrais exploram e utilizam de países dependentes para o próprio desenvolvimento. Nesse sentido, é evidente a diferença entre como as expressões da “questão social” se manifestam em ambos os países, logo, a mesma diferença está presente no que tange às respostas a elas, às políticas públicas e na elaboração e financiamento delas.

O programa tem como marco legal o decreto de número 10.883 assinado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, no dia 6 de dezembro de 2021. É realizado e ministrado por facilitadores, que contam com manuais detalhados no que diz respeito às atividades e temas abordados. É indicado que as ações do programa se dão a partir de sete encontros semanais e, para tal, devem ocorrer momentos separados para os pais e/ou responsáveis, e para os filhos. Segundo o site do MDH, *inicialmente*,

Os pais são ensinados a esclarecer as expectativas com base nas normas de desenvolvimento de crianças e adolescentes, a usar práticas disciplinares apropriadas, a gerenciar emoções fortes em relação aos filhos e a se comunicar de maneira eficaz. Já os filhos aprendem habilidades para interação pessoal e social, como, ter metas que deem sentido à vida, seguir regras, reconhecer as dificuldades e qualidades dos pais, lidar com a pressão dos amigos, saber identificar modelos positivos e ajudar os outros. (BRASIL, 2021, p. 9)

No segundo momento, ambas as salas se reúnem para realização de atividades práticas que trabalham na “resolução” de problemas e conflitos, fortalecendo vínculos e somando a participação dos filhos em questões familiares. Tais encontros semanais são realizados, em média, com um grupo de até 15 famílias e pode levar até dois meses para finalização do ciclo.

Apesar do decreto do PFF declarar a vigência de uma metodologia implementada com base na versão originalmente elaborada pela Oxford Brookes University, houve, no ano de 2013, a implementação de um pré-piloto, onde a equipe de facilitadores era composta pelo Ministério da Saúde, educadores e assistentes

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

IOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

sociais. O programa foi, no entanto, reeditado e coordenado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Ao decretar determinado programa com a intenção de ensinar pais a disciplinar, compreender e orientar seus filhos, o governo assume sua posição de responsabilizar a família enquanto instituição determinante de más condutas da sociedade. Dessa forma, é desconsiderada toda a estrutura do capitalismo monopolista e dependente, base estrutural das diversas expressões da *questão social* que impactam e atravessam essas famílias. São desconsideradas todas as realidades que atravessam as famílias em seus territórios, cidades, regiões. Podemos nos questionar, então, porque a opção por reeditar um programa com esse caráter, nos últimos quatro anos?

Para respondermos a essa pergunta, importa abordar brevemente a respeito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos no (des)governo Bolsonaro, ministrado por Damares Alves. Ao unir o Ministério das Mulheres ao da Família e dos Direitos Humanos, Bolsonaro centraliza a família e a mulher, reafirmando-as enquanto objeto de políticas públicas, bem como têm sido realizadas no PFF.

Tratando-se de Damares, se faz impossível não lembrar um dos seus primeiros discursos, declarando uma “nova era” no país, onde “menino veste azul e menina veste rosa”. Tal fala demonstrou o posicionamento da ministra e do ex-governo ao concordar e confirmar os papéis sociais impostos a homens e mulheres. Ao defender esses ideais, no entanto, a ex-ministra defende a posição de hierarquia do homem perante a mulher na sociedade, logo, vai contra a defesa dos direitos humanos — direitos esses que se referem, neste caso, às mulheres e crianças, maiores vítimas das diversas opressões/explorações e violação de direitos no país.

Nesse sentido, bem como relatado por Heloisa Buarque em sua reportagem no The Intercept Brasil, é por esse motivo que a pauta “defesa da família” é incongruente à defesa dos direitos humanos. A defesa da família é, na verdade, uma mascarada forma de defesa da tradição, da moral e da violência e opressão de mulheres e crianças.

No que se refere ao programa em questão, para sua efetivação foram criados três documentos fundamentais: 1) o Manual de Introdução do Programa Famílias

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Fortes, conjunto que inclui a) o Manual do Facilitador — Pais, b) o Manual do Facilitador — Filhos e c) o Manual do Facilitador — Famílias; 2) o Caderno de Atividades dos Responsáveis e, por fim, 3) o Caderno de Atividades dos Filhos. Visando evitar possíveis “más condutas”. Os materiais supracitados planejam orientar no fortalecimento de vínculos familiares. Para análise e coleta de dados, no presente artigo trabalharemos com algumas sínteses do: a) Manual de Introdução, b) Caderno de Atividades dos Responsáveis e c) Caderno de Atividades do Filho.

3. DESVENDANDO A DIREÇÃO IDEOPOLÍTICA DO PROGRAMA FAMÍLIAS FORTES

O PFF compreende a dinâmica familiar e da comunidade local enquanto determinantes morais dos componentes desta família, conforme aparece na afirmação seguinte:

A dinâmica das comunidades a que pertence, ou quer pertencer, e a da própria família é que compõem o contexto onde os valores das crianças e adolescentes serão criados e darão espaço às escolhas (BRASIL, 2021, p.6).

Entretanto, bem como exposto por Netto (1996), a tendência conservadora tende a deslocar a família da sociedade onde a mesma está vinculada, visando construir a moralização dos problemas sociais enquanto algo dos indivíduos e no máximo da ‘dinâmica local’:

A passagem da moralização da sociedade à individualização dos problemas sociais é um processo que enlaça, como se verifica, componentes teórico-culturais e tendências econômico-sociais próprias da gestação e da consolidação da ordem monopólica (NETTO 1996, p.46).

Assim, o processo de individualização dos “problemas sociais” advém da reprodução da tradição e do moralismo reproduzido sistematicamente, e está intrinsecamente difuso no sistema capitalista vigente. Nesse sentido, é equivocado relacionar possíveis “más condutas” com moral e valores individuais, com as dinâmicas do local de vivência de maneiras *isoladas*. Ao fazê-lo, no entanto, o programa reafirma a responsabilidade dos pais e da sociedade em garantir a reprodução de valores tradicionais — forma do Estado garantir o controle e disciplinamento social — e, por muitas vezes, a família se torna, assim, mecanismo de opressão e violência.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Vale destacar que não desconsideramos que o contexto social é um elemento determinante, implicando em certas formas de vivências, condutas e/ou comportamentos. Entretanto, isso não pode servir para anular as determinações que explicam as expressões da “questão social”, que afetam os indivíduos, advindas do modo de produção capitalista. Nesse motim, o entendimento do contexto social enquanto determinante não parte de um lugar de moralização e individualização, mas de reconhecimento do papel estatal na proteção ou desproteção social às famílias.

Segundo Netto (1996), ao individualizar expressões da “questão social”, as dinâmicas das políticas sociais levam a psicologização de problemas sociais, transferindo a responsabilidade estrutural destas expressões para a personalidade e características de indivíduos. É nesse sentido que se aplica o programa voltado para objetificação de características pessoais enquanto mecanismos de política pública, como nos trechos seguintes, que demonstram a priorização do programa em intervir apenas em mudanças comportamentais:

“No encontro 2, vamos entender as mudanças dos filhos e aprender sobre a importância de ter determinadas regras em casa. Também aprenderemos a conversar de forma tranquila, usando frases que começam com “EU”; “No encontro 3, aprenderemos sobre a importância de reconhecer quando os filhos fazem o que é certo e de elogiá-los por isso. Aprenderemos a usar um sistema de pontos para incentivar boas atitudes.”; “No encontro 4, falaremos sobre como usar as consequências que são respeitadas e razoáveis quando os jovens se comportam mal. Aprenderemos que é melhor guardar grandes consequências para as situações em que o problema for realmente grave.”

Em nenhum encontro foi citada a possibilidade de provisão e acesso às políticas públicas, ainda que trechos como o seguinte sejam recorrentes ao longo do material:

Para lidar com uma situação difícil e resolvê-la, precisamos de várias ferramentas. Podemos usar habilidades, valores ou bens materiais nossos e de nossa família, e também encontramos recursos em nossa comunidade, como pessoas e lugares (BRASIL, 2021, p.39).

O que seriam os recursos da comunidade, pessoas e lugares? Não há publicamente a afirmação da proteção social estatal e pública, como e por onde ela deverá ser ofertada, nem previsão de ampliação de política sociais para as famílias, pelo contrário, o que acompanhamos foram longos quatro anos de desmonte e

PROMOÇÃO



APOIO



responsabilização das famílias (HORST; CASTILHO; ALVES, 2023). O que demonstra mais uma vez a contramão da defesa da família, já que é preciso contar com ‘ferramentas’ não públicas, não institucionais, mas boa vontade, solidariedade, caridade.

O programa reforça a necessidade das famílias contarem com valores, habilidades, caridade ou até mesmo a fé para enfrentar desafios impostos, apoiando-se na ideia de serem *fortes, resilientes e meritocráticos*. Elementos fundamentais para o apassivamento dos indivíduos e o consenso popular. Ademais, importa destacar a confirmação do familismo, da responsabilização da família enquanto instituição de proteção social para o programa;

Promover a socialização e a convivência por meio de espaços de reflexão sobre o **papel das famílias na proteção de seus membros**, estimulando troca de vivências na família e no território, contribui para a construção e reconstrução de suas histórias de vida e protagonismo no território — *grifo nosso*. (Manual de Introdução do PFF, p. 09)

Assim, a individualização de problemas sociais — recorrente ao longo de todo o material do PFF —, bem como a moralização e o disciplinamento, é mais uma forma de garantir a proteção social pela família, suprimindo o que deveria ser papel do Estado (NETTO, 1996). Assim, buscamos, a partir da análise dos documentos supracitados, demonstrar a responsabilização de características pessoais e a psicologização de problemas pessoais no Programa Famílias Fortes, como no seguinte trecho: “Ao longo do programa, aprendemos diversas ferramentas para proteger nossos (as) filhos (as) do abuso de álcool e outras drogas. Todas elas são ferramentas para demonstrar amor e definir limites e nos ajudam a ter um bom relacionamento em nossa família” (BRASIL, 2021, p.39). A partir dessa citação, destacamos a crença conservadora e idílica que apenas *amor e imposição de limites* são suficientes para prevenção do uso de álcool e drogas³.

Contudo, independentemente do uso de psicoativos lícitos ou ilícitos, o usuário não deve e nem deixa de ser sujeito de direito, ainda que paire no imaginário popular preconceitos e estigmas no que diz respeito a tal assunto. O uso de psicoativos é uma

³ O termo “droga” utilizado ao longo dos materiais auxilia fortemente na mistificação do uso de psicotrópicos/psicoativos e corrobora, ainda, com a reprodução de estigmas e juízos de valor. A conceituação de psicoativos ilícitos enquanto “drogas” culmina na banalização dos danos causados pelo uso de psicoativos lícitos, bem como é gerador da naturalização e legitimação da desigualdade entre usuários de psicoativos lícitos e ilícitos (CFESS, 2016).

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



prática social frequentemente realizada por todos, sendo lícitos ou não, logo, o ideário de um mundo sem drogas é mais um mecanismo de manutenção da ordem vigente. Trata-se de reafirmar as defesas — não presentes no ministério, nem nos programas, nem no governo — de um amplo sistema de proteção social que possa atender e acompanhar as/os usuárias/os de psicoativos, principalmente quando se tratar de consumo abusivo, que deve ser o foco das políticas sociais; na perspectiva da redução de danos e não de um possível “mundo sem drogas”.

Interessa ressaltar que ambos os materiais (PFF) utilizados possuem o mesmo conteúdo, mudando apenas a orientação — para filhos e para pais e/ou responsáveis. No que se refere às atividades propostas para pais/responsáveis, já no primeiro encontro, orientado pelo caderno de atividades, é necessário realizar a autoavaliação de “coisas que faço bem como responsável”, onde inclui atitudes como: “digo ao meu filho/filha as consequências de desobedecer às regras”, “aplicar as consequências quando ele/ela desobedece a uma regra”, “dizer eu amo você”; dentre outros comportamentos pessoais e particulares de cada família, que não possui relação com determinantes das expressões da “questão social”, as dinâmicas de exploração/opressão e/ou violação de direitos humanos que em tese deveriam ser conteúdo e objetivo da política social

Nas páginas 15 e 16 do caderno para pais e 11 e 12 do material para filhos, há determinada atividade nomeada de “Árvore da Família”, onde a criança e o responsável devem adicionar qualidades de cada membro familiar. No entanto, alguns exemplos de família são expostos para facilitar no desenvolvimento da atividade e diversas famílias não são contempladas. Apenas são citadas as possibilidades de famílias *monoparentais*, “*mista*” ou a dita “*tradicional*”, escancarando a negação da diversidade familiar.

Ademais, em seguida, há ainda um quadro de avaliação de *comportamentos* para pontuação, onde os filhos com maiores pontuações ganham “privilégios”. Tais tipos de atividades não deveriam ser contempladas em programas públicos, uma vez que diz respeito a comportamentos e dinâmicas familiares particulares. Principalmente se tratando de um programa que objetiva o impedimento de “más condutas”, tendo em vista que características individuais não interferem na estrutura de uma ordem produtora dos antagonismos sociais.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

IOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Nesse sentido, há, ainda, determinadas regras exigidas para pais e filhos quando presenciarem alguns “momentos de família”, como por exemplo: “comece o momento com ELOGIOS”, “mantenha o FOCO; imagem de uma família”. Ao solicitar a idealização da imagem de família, no entanto, bem como desenvolvido por Lessa (2002), mães/pais/responsáveis se sentem ainda mais culpados ao perceberem o distanciamento da realidade vivida cotidianamente e do padrão tradicional requerido pelo programa, mídia e sociedade. Sabe-se que o modelo familiar imposto é incoerente à realidade imposta pelo modo de produção capitalista, se fazendo impossível suprir as necessidades básicas e ainda alcançar a proteção familiar. Ademais, os materiais ainda estipulam tipos de consequências adequadas ou não adequadas para determinados descumprimentos de regras, como no trecho:

Além de dar pequenas tarefas, outra estratégia como consequência para pequenos problemas é retirar pequenos privilégios que seu (sua) filho (a) tem. É importante dosar para não retirar o privilégio por muito tempo, pois são pequenos problemas, que merecem pequenas consequências. (BRASIL, 2021, p.)

Ao estipular determinadas consequências como “Ir ao comércio (pão)”; “Cuidar do animal de estimação”; controlar o “tempo de videogame”; “Diminuir tempo de TV”; “Não escolher a comida preferida”, o programa pressupõe uma realidade familiar que destoa da maior parte das famílias brasileiras. Conforme sabemos, “seis a cada 10 famílias brasileiras não possuem condição plena de garantia à alimentação”, o que significa que mais da metade das famílias do Brasil sequer possuem condições de escolher o que comer. Para o programa, seria uma forma de consequência caso a criança/adolescente comportasse mal.

Assim, o problema se agrava quando *não há* indicações de diálogo intersetorial entre as políticas sociais ou qualquer previsão de alguma política social que poderia garantir serviços básicos às famílias, reforçando todo circuito idílico do familismo que preconiza que os problemas das famílias sejam resolvidos por elas mesmas e sem recursos materiais, sociais pelo Estado. Ou seja:

A individualização dos problemas sociais, sua remissão à problemática singular (“psicológica”) dos sujeitos por eles afetados, é, como vimos, um elemento constante, embora com gravitação variável, no enfrentamento da “questão social” na idade do monopólio: ela permite — com todas as consequências que daí decorrem — psicologizar os problemas sociais, transferindo a sua atenuação ou proposta de resolução para modificação e/ou redefinição de características pessoais do indivíduo (é então que emergem,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

com rebatimentos prático-sociais de monta, estratégias, retóricas e terapias de ajustamento, etc.) (NETTO 1996, p. 37).

Posteriormente, o manual orientador ainda apresenta a necessidade de pais e filhos terem *fé e serem fortes* e, lembrando ainda que famílias fortes ajudam outras famílias. O incentivo da filantropia enquanto “ato de humanidade”, presente veladamente ao longo dos materiais, são também disseminadores de ideologias responsabilizadoras, que retiram do Estado o dever de garantir o bem-estar social e culpabiliza indivíduos por não conseguirem alcançar mínimos necessários para sua própria sobrevivência. Assim, ideologias como o familismo são ainda mais fomentadas enquanto projeto de governo da extrema-direita, conforme identificamos ao longo dos materiais.

Por fim, interessa ressaltar ainda determinado tópico onde os filhos devem conectar problemas com possíveis soluções. Um dos problemas expostos foi: “Seu namorado/namorada está pressionando você para fazer sexo”. Sem nenhuma abordagem anterior sobre o assunto, o caderno de atividades pressupõe o entendimento de crianças de 10 a 14 anos a respeito deste tema que não é garantido em escolas e nem mesmo em casa, visto que tal debate ainda é tido como impróprio e antimoral para esse grupo, principalmente, se tratando dos “valores da família”.

Para além do “problema” citado no documento, a educação sexual é de suma importância no que concerne a prevenção de assédios e abusos sexuais, que inúmeras crianças sofrem diariamente sem sequer entender o que está acontecendo. E conforme sabemos, esse grupo construiu todas as frentes possíveis na contramão do debate sobre educação sexual nas escolas e do financiamento de políticas sociais.

Podemos encerrar tais reflexões identificando que o pressuposto do programa é que a família não só é a base da sociedade, como também a principal responsável pela proteção de seus componentes, a principal responsável pela proteção social. Isso porque há, no imaginário neoconservador, a crença de que é a partir do fortalecimento de vínculos familiares que se alcança a prevenção de “más condutas”. Escancarando a concepção de proteção social da extrema direita, qual seja: que a política social deve ser mínima e residual, onde as principais instâncias para a oferta da proteção social são o mercado e outras instâncias privadas não mercantis: família.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



A proteção social não é compreendida como direito, e seu objetivo primeiro é a preservação do capitalismo (PEREIRA, 2016). Portanto, devem se materializar: A) na responsabilização dos próprios sujeitos e famílias; B) com teor *psicologizante*, *individualista* e *moralista*, eixo fundamental e estruturante de todas as frentes voltadas para a proteção social oferecida pelo MMFDH, durante o governo Bolsonaro. Tal afirmação é evidenciada no seguinte trecho:

O fortalecimento dos vínculos familiares, além de compor políticas e diretrizes de serviços públicos, é também uma das medidas cabíveis para o alcance de objetivos relacionados à prevenção do uso e abuso de álcool, tabaco e outras drogas que hoje apresentam índices elevados no Brasil (BRASIL, 2021, p.6).

O programa, distintivamente, defende que as famílias devem enfrentar tais desafios enquanto instituições naturais de proteção. Assim, a preocupação se dá em proteger a família por ela mesma — familismo — e não modificar a realidade, com mais acesso a direitos sociais.

Ademais, ao acreditar que apenas a partir da mudança comportamental será possível a diminuição do abuso de álcool e drogas, tendo em vista a *psicologização da questão social*, o programa desconsidera, ainda, a possibilidade de necessidade e acesso à demais políticas e direitos sociais, que sequer são retratados ao longo dos materiais estudados — retomando assim, o pressuposto intrínseco ao Programa Famílias Fortes em acreditar que tais famílias possuem suas necessidades básicas satisfeitas, ignorando as inúmeras expressões da *questão social*. Assim, o familismo é evidenciado ao responsabilizar condutas e habilidades parentais enquanto únicos causadores de possíveis “más condutas”, como na passagem destacada: “é importante trabalhar com o seguinte conjunto de habilidades: expressão de sentimentos, empatia, assertividade, resolução de problemas e tomada de decisão” (BRASIL, 2021, p.7)

4. CONCLUSÃO

Em síntese, o que podemos concluir é que a direção ideopolítica que se expressa no programa aposta apenas na *capacitação socioemocional* (fortalecimento de vínculos) como estratégia e solução para as expressões da “questão social”. Sendo esse um dos elementos intrínsecos ao familismo de caráter neoconservador, presente principalmente em governos de extrema-direita. Assim, o Estado utiliza da culpa, da

PROMOÇÃO

APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



responsabilização e da psicologização para retirar de si, deveres institucionais — a proteção social pública e estatal.

No mesmo sentido, vínculos familiares se tornam objetos de políticas públicas e principal saída para tais expressões, uma vez que o serviço de fortalecimento de vínculos é visto enquanto principal mecanismo de prevenção de “riscos”: “O núcleo familiar é destacado como espaço fundamental para se realizar a prevenção, em especial quando o foco são os próprios laços familiares e os fatores de risco e proteção do contexto familiar” (BRASIL, 2021, p.7).

Por fim, vale reiterar determinado trecho do material onde é destacado, a partir de uma “Bandeira da Família”, como a fé e outros valores podem dar força às famílias para enfrentar desafios. Assim, é escancarada a postura neoconservadora dessas políticas ao articular religião e força enquanto mecanismos de enfrentamento da “questão social”. É reforçada a ideia da filantropia e caridade, recorrente também em passagens bíblicas e em discursos morais.

Desse modo, a ideia de serem fortes, reafirmada ainda pelo nome do programa, pressupõe a compreensão de *empoderamento*, *resiliência* e *meritocracia*. Não coincidentemente, estes mesmos elementos eram frequentemente vistos em discursos de Bolsonaro — são, no entanto, ferramentas de uma ideologia neoconservadora, visando responsabilizar indivíduos e eximir o Estado de seus deveres.

Os elementos supracitados servem como ferramentas de ajustamento dos sujeitos aos interesses do capital. Nesse sentido, identificamos no desvendar dos documentos que há um pressuposto do conceito de *empoderamento*, construído pelo Banco Mundial como capacitação e autonomia dos pobres, enquanto forma de garantir o desenvolvimento econômico e diminuição da pobreza. Assim, o *empoderamento dos pobres* passa a ser uma ação no que tange ao combate à pobreza (CARVALHO, 2019).

O que esse conceito traz, coadjuvante aos demais conceitos supracitados, é mais uma mascarada forma de responsabilização dos indivíduos pelos antagonismos do modo de produção capitalista. Ao *empoderar* o sujeito e estimular sua autonomia, mais fácil é a legitimação de sua culpa e responsabilidade pelas escolhas realizadas.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

IOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Sabe-se também que a Igreja pode ser instituição de controle de valores e moral, sendo um dos principais mecanismos estatais para disciplinar famílias e a sociedade. No entanto, tendo em vista o passado histórico do Serviço Social, ao se tratar de fé e religião em políticas públicas, é muito comum a confirmação de um estigma de filantropia e fé enquanto salvação. Ademais, a partir da justificativa religiosa/divina, a pobreza e as demais expressões da “questão social” são legitimadas irracionalmente. Assim, o Estado torna legítima a regulação da família e do indivíduo, ao passo que se isenta da promoção de demais intervenções via oferta de serviços e garantia de direitos.

REFERÊNCIAS

CARVALHO de, Yvy Ana. **Para a Crítica do Empoderamento: a ideologia do indivíduo mônada social**. Rio de Janeiro, 2019.

CFESS. O assistente social no combate ao preconceito: **o estigma do uso de drogas**. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno02-OEstigmaDrogas-Site.pdf>>

HORST, C. H. M; MIOTO, R. C. T. **Crise, Neoconservadorismo e Ideologia da Família**. In: Beatriz Augusto de Paiva; Simone Sobral Sampaio. (Org.). Serviço Social, Questão Social e Direitos Humanos. 1. ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2021, v. IV, p. 1-479.

HORST, C; CASTILHO, G; ALVES, L. **O familismo no governo Bolsonaro e os impactos na política social**. Espírito Santo: ENPSS, 2023.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. In: TRANSPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs). 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARQUES, R. M. **O lugar das políticas sociais no capitalismo contemporâneo**. In: Argumentum, Vitória (ES), v.7, n. 2, p. 7-21, jul./dez. 2015.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo. 2002.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

PEREIRA, C. P. **Proteção social no capitalismo: crítica a teorias e ideologias conflitantes**. São Paulo. Cortez, 2016.

PROMOÇÃO



APOIO

